

II - propor, em articulação com as Secretarias estaduais e municipais de educação e setores públicos e privados da sociedade, medidas com vistas a conscientizá-la da obrigação de assumirem suas parcelas de responsabilidade na integração das pessoas portadoras de deficiências, de problemas de conduta e superdotadas;

III - proceder à análise dos recursos existentes e propor meios que assegurem a viabilidade econômica da política de ação conjunta;

IV - propor meios para elaboração de instrumentos que assegurem prioridade à prevenção de deficiências;

V - propor medidas que promovam a universalização do atendimento, mediante interiorização dos serviços, simplificação de métodos e processos e integração dos deficientes e superdotados.

VI - propor medidas para a absorção dessas pessoas no mercado de trabalho;

Art. 4º O Comitê de que trata este Decreto atuará junto ao Ministério da Educação, que proverá os recursos necessários ao seu funcionamento.

Art. 5º Compete ao Ministro de Estado da Educação baixar o Regimento Interno do Comitê, estabelecendo as normas de sua composição, instalação e funcionamento.

Art. 6º Os integrantes do Comitê não perceberão qualquer vantagem pecuniária, salvo as de seus cargos de origem, sendo considerados de relevância pública os seus serviços.

Art. 7º O Comitê de que trata esse Decreto terá prazo de 180 dias para apresentar o plano de ação conjunta, objeto deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de novembro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República.

JOSÉ SARNEY

Marco Maciel

(D.O.U. nº212, de 05.11.85)

DECRETO Nº91.873, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1985.

Dá novas atribuições ao Conselho Nacional de Direito Autoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 117 da Lei nº5.988, de 14 de dezembro de 1973, alterado pela Lei nº6.800, de 25 de junho de 1980, e

considerando que se manifestam constantes e crescentes as violações aos direitos de Autor e dos que lhes são conexos;

considerando que o recurso à autoridade policial, por parte dos autores, não tem encontrado solução objetiva, o que favorece a expropriação dos direitos patrimoniais dos artistas brasileiros;

considerando que esses autores, pauperizados por essas expropriações, ficam economicamente impossibilitados de recorrer e manter pleitos, no plano judiciário, para impedir as violações aos seus direitos;

considerando que a ineficácia do atual sistema de recurso administrativo, assim como a inaccessibilidade ao recurso judiciário, criam situação perversa para os artistas e estimulam a prática ilícita dos usuários de suas criações, pela certeza da impunidade;

considerando que ao Conselho Nacional de Direito Autoral cabe determinar, orientar, coordenar e fiscalizar as providências necessárias à exata aplicação das leis, tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil, sobre direito do autor e direitos que lhe são conexos;

considerando que o Poder Executivo, mediante decreto, poderá outorgar-lhe outras atribuições.

#### DECRETA:

Art. 1º Ao Conselho Nacional de Direito Autoral - CNDIA, além das atribuições constantes do artigo 117, da Lei nº5.988, de 14 de dezembro de 1973, alterado pela Lei nº6.800, de 25 de junho de 1980, compete:

I - impedir ou interditar, por solicitação do titular dos direitos patrimoniais do autor ou conexos, ou de sua associação, a representação, exibição, execução, transmissão, retransmissão, ou utilização por qualquer forma de comunicação ao público, de obra intelectual, sem autorização devida, bem assim efetuar a apreensão da receita bruta, para garantia dos seus direitos, podendo requerer a ação da autoridade policial para execução de suas determinações; e

II - impedir a destruição, danificação ou deterioração de obras intelectuais, a fim de evitar prejuízos culturais, morais ou patrimoniais, tanto coletivos quanto individuais, mediante medidas legais cabíveis.

Parágrafo único. A autoridade policial competente, mediante solicitação do CNDIA, executará as determinações previstas neste artigo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 04 de novembro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República.

JOSÉ SARNEY

Aluísio Pimenta

(D.O.U. nº212, de 05.11.85)

DECRETO Nº91.874, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1985

Transfere a convocação da VIII Conferência Nacional de Saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 90 da Lei nº378, de 15 de janeiro de 1937,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica transferida, para o período compreendido entre 17 a 21 de março de 1986, a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Decreto nº91.466, de 23 de julho de 1985.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 04 de novembro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República.

JOSÉ SARNEY

Carlos Sant'Anna

(D.O.U. nº212, de 05.11.85)

DECRETO Nº91.949, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1985

Dispõe sobre a criação de funções de confiança na Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e de outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 8º da Lei nº5045, de 10 de dezembro de 1970, no Decreto nº77.336, de 25 de março de 1976, no Decreto nº83.844, de 14 de agosto de 1979 e o que consta do Processo nº 00600.014907/85-78,

#### DECRETA:

Art. 1º - São criadas funções de confiança, na forma do Anexo I deste decreto, para composição das categorias Direção Superior, código: LT-DAS-101, e Assessoramento Superior, código: LT-DAS-102, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código: LT-DAS-100 da Tabela Permanente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Art. 2º - As atribuições das funções de Assessor, de que trata este decreto, são as definidas no regimento interno de cada órgão de sua estrutura básica, aprovado por portaria ministerial.

Art. 3º - O provimento das funções de confiança de que trata este decreto, far-se-á gradualmente na medida das necessidades e dos recursos financeiros disponíveis, na forma da legislação vigente.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações do crédito especial destinado ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 18 de novembro de 1985; 164ª da Independência e 97ª da República.

JOSÉ SARNEY

Fernando Iyra

(D.O.U. nº221, de 19.11.85)

PORTARIA MEC Nº706, DE 05 DE SETEMBRO DE 1985

Regulamenta o Decreto nº91.607, de 03 de setembro de 1985.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e na conformidade do que dispõe o art. 3º do Decreto nº91.607, de 03 de setembro de 1985,

#### Resolve:

Art. 1º - As Comissões de Especialistas, a que se refere o Decreto nº91.607, de 03 de setembro de 1985, serão constituídas por áreas ou especialidades de formação científica e profissional, obedecendo a critérios de competência e probidade, bem como de representação regional e de instituições ou associações, que atuam com reconhecida relevância no setor.

Art. 2º - O mandato dos membros das Comissões será de 2 (dois) anos, renovável uma só vez, por igual período não consecutivo.

Art. 3º - As Comissões terão um Coordenador eleito por maioria simples entre seus membros.

Art. 4º - As Comissões reunir-se-ão ordinariamente, conforme programação conjunta estabelecida com a Secretaria da Educação Superior e, extraordinariamente, mediante convocação do Ministro de Estado ou do Secretário da Educação Superior.

Art. 5º - Compete às Comissões de Especialistas exercer as seguintes atribuições, nas áreas de sua especialização:

I - Prestar consultoria técnica ao Ministro de Estado, Secretaria da Educação Superior e aos demais órgãos do Ministério com atribuições de coordenação, avaliação, fomento, apoio, acompanhamento e supervisão das instituições da educação superior.

II - Promover, periodicamente, diagnóstico global da situação e tendências do ensino nas diversas áreas e contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e aferição de qualidade do ensino superior.

III - Prestar assistência, quando solicitada pela Secretaria da Educação Superior, à fiscalização das instituições de ensino superior, nos cursos vinculados à especialidade.

IV - Opinar, mediante solicitação do Ministro de Estado ou de órgãos do Ministério, em assunto de sua especialidade.

V - Promover articulação com associações profissionais, científicas e organismos públicos e privados, visando a fundamentação e aperfeiçoamento de processos de avaliação.

Art. 6º - A Secretaria da Educação Superior promoverá o apoio administrativo e financeiro às atividades das Comissões de Especialistas.

Art. 7º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Portaria Ministerial nº 074, de 05 de fevereiro de 1985, e as demais disposições em contrário.

Marco Maciel

(D.O.U. nº171, de 06.09.85)

PORTARIA MEC Nº719, DE 11 DE SETEMBRO DE 1985

Provê sobre constituição de comissão especial a fim de proceder à efetivação da transferência da Comissão Nacional de Moral e Civismo - CNMC, da cidade do Rio de Janeiro para Brasília.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Decreto nº91.545, de 22 de agosto de 1985, resolve

I - Constituir, junto à Secretaria-Geral do Ministério da Educação-MEC, comissão especial com a incumbência de realizar estudos, promover levantamentos e definir as providências que se façam necessárias à efetivação da transferência da Comissão Nacional de Moral e Civismo - CNMC, da Cidade do Rio de Janeiro para Brasília.

II - Os integrantes da Comissão de que trata esta Portaria, em número de 5 (cinco), serão designados pelo Secretário-Geral deste Ministério.

III - A Comissão desempenhará suas atribuições em permanente e estreita articulação com os órgãos próprios, subordinados ou vinculados ao Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos da Administração.

IV - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data da designação de seus integrantes, para propor e submeter à aprovação do Secretário-Geral as medidas necessárias à concretização da transferência da CNMC, a serem adotadas pelo Departamento do Pessoal e pelo Departamento de Administração do MEC, isoladamente ou em conjunto com os órgãos mencionados no item III.

V - Enquanto não se completar a transferência de que trata o Decreto 91.545, a CNMC realizará suas reuniões na Capital da República.

VI - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCO MACIEL

(D.O.U. nº175, de 12.09.85)

PORTARIA MTB Nº3.457, DE 03 DE OUTUBRO DE 1985.

Altera a denominação da categoria profissional liberal - Técnico de Administração, para Administrador.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 570 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1945, tendo em vista o que consta do processo MTB-24000-007.080/85, e considerando o disposto no § único da Lei nº7.321, de 13.6.85, publicada no Diário Oficial de 14.6.85,

#### RESOLVE:

Nº - 3.457/85 - 1) Alterar, no Quadro de Atividades e Profissões a que se refere o artigo 577 do referido diploma legal, a denominação da categoria profissional liberal componente do 22º grupo - Técnico de Administração - do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais, para "ADMINISTRADOR".

2) Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO.

(D.O.U. nº196, de 11.10.85)

PARECER CFE Nº402/85 - CESu - Aprovado em 04.07.85

ASSUNTO: Apreciação sobre a Indicação nº4/85, de autoria do Conselheiro Dom Luciano José Cabral Duarte, que propõe a realização de um Seminário de Avaliação do Ensino de Educação Moral e Cívica e de Estudo de Problemas Brasileiros, durante os anos de 1.971 a 1.985.

INTERESSADO: Conselho Federal de Educação - DF  
PROCESSO CFE Nº23001.000447/85-46

#### I - RELATÓRIO

O ilustre Conselheiro Dom Luciano Cabral Duarte, em Indicação que tomou o nº4/85, na qualidade de Relator do Parecer nº94/71 - que estabeleceu normas, currículos e programas para a Educação Moral e Cívica em todos os graus do ensino - solicitou ao Presidente deste Conselho a promoção de um Seminário de Avaliação do Ensino de Educação Moral e Cívica e de Estudo de Problemas Brasileiros, no período de 1971 a 1985.

Lembra a Indicação, na justificativa de sua proposta, que são decorridos já 14 anos desde que o Decreto-Lei nº869, de 12/9/69, dispôs sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, nos sistemas de ensino do País. E, nesse período, "...muita coisa mudou no Brasil, dentro do universo educacional e nos planos político e social...", o que torna a avaliação não apenas oportuna, mas, principalmente, um imperativo dentro das circunstâncias presentes, como muito bem expressa seu preclaro proponente.

Para isso, sugere o autor da Indicação que, em uma das próximas sessões ordinárias do Conselho Federal de Educação, se organize o referido Seminário de Avaliação, sendo para o mesmo convidados: a Comissão Nacional de Moral e Civismo (à qual caberia a indicação das Comissões Estaduais que, por serem mais representativas, deveriam também estar presentes nesse Seminário); o Conselho Federal de Cultura; a Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus/MEC; a Secretaria de Ensino Superior/MEC e outras entidades que a Presidência do CFE julgasse oportuno participarem, tendo em vista os fins pretendidos.

Concluindo sua Indicação, o Conselheiro Dom Luciano expressa, com clareza, o objetivo geral a ser alcançado:

"Com base nas conclusões do Seminário de Avaliação de que aqui se trata, o CFE cogitaria de sugerir ao Exmo. Sr. Ministro da Educação uma nova lei sobre o assunto, a qual, regulamentada, teria como desdobramento a feitura de novos Currículos Mínimos pelo CFE, como de praxe."

#### II - PARECER E VOTO DO RELATOR

Sem dúvida, parece ter chegado o momento de o Conselho Federal de Educação proceder a uma avaliação do desempenho do ensino da Educação Moral e Cívica, nos vários níveis da educação em todo o País.

A importância de que a iniciativa de tal evento parta desta Casa é óbvia, dispensando maiores comentários, o mesmo acontecendo quanto à oportunidade da sua realização neste momento da vida nacional.

A presença dos valores morais e cívicos no contexto curricular do processo educacional brasileiro não é um fato recente, nem teve suas origens, como consideram muitos menos avisados, no Decreto-Lei nº869, de 12 de setembro de 1969 - que dispôs sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina e prática educativa obrigatórias em todas as escolas nos diferentes graus e modalidades do ensino.

Suas origens remontam aos primórdios da própria educação brasileira, da qual nunca esteve ausente - ainda que de forma incidental, pela histórica participação religiosa e com a qual se confundiu quase sempre nos acertos e desacertos de seu processo evolutivo.

E, para melhor entender essa presença, talvez o caminho mais adequado a percorrer seja o acompanhar a educação brasileira, no posicionamento de sua importância ao longo da evolução da organização social e política do País, como nação e como Estado.